

**VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO
ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. –
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2020

Índice

1. INFORMAÇÕES GERAIS	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. IMOBILIZADO	12
4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	13
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
6. DESPESAS	14
7. RESULTADO FINANCEIRO	14
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO	15
10. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	16
11. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	16
12. EVENTOS SUBSEQUENTES	16

VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Ativos classificados como mantidos para venda	10	604.092	-	Fornecedores		3.759	12.447
				Arrendamentos a pagar	3.1	-	134.583
				Tributos a recolher		10.269	4.431
						<u>14.028</u>	<u>151.461</u>
NÃO CIRCULANTE				Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	10	612.910	-
Imobilizado em curso	3	-	382.442			<u>626.938</u>	<u>151.461</u>
				NÃO CIRCULANTE			
				Arrendamentos a pagar	3.1	-	255.444
				Partes relacionadas	4	683.098	400.960
				Total do passivo não circulante		<u>683.098</u>	<u>656.404</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
				Capital social		15.458.155	15.458.155
				Prejuízos acumulados		(16.164.099)	(15.883.578)
				Total do patrimônio líquido negativo	5	<u>(705.944)</u>	<u>(425.423)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>604.092</u>	<u>382.442</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>604.092</u>	<u>382.442</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(63.023)	(233.734)
Amortizações	3	<u>(138.090)</u>	<u>(127.481)</u>
Total	6	(201.113)	(361.215)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		-	1
Despesas financeiras		<u>(79.408)</u>	<u>(61.061)</u>
Total	7	(79.408)	(61.060)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(280.521)</u>	<u>(422.275)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído	5.2	(0,02)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(280.521)	(422.275)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(280.521)</u>	<u>(422.275)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		15.466.565	(8.410)	(15.461.303)	(3.148)
Prejuízo do exercício		-	-	(422.275)	(422.275)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>15.466.565</u>	<u>(8.410)</u>	<u>(15.883.578)</u>	<u>(425.423)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(280.521)	(280.521)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5	<u>15.466.565</u>	<u>(8.410)</u>	<u>(16.164.099)</u>	<u>(705.944)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(280.521)	(422.275)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Amortizações	3	138.090	127.480
Juros sobre fornecedores e impostos		(1.543)	833
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		85.112	250.362
Impostos a recolher		5.828	1.283
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(53.034)</u>	<u>(42.317)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		282.138	400.960
Pagamento de passivo de arrendamento		<u>(229.104)</u>	<u>(358.643)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>53.034</u>	<u>42.317</u>
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), com sede na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, na Rua 7 de Setembro, 77, Centro, foi constituída em 15 de março de 2013 e tem como objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV”), que é controlada direta da Renova Energia S.A – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), holding final do “Grupo Renova”.

1.1. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora indireta Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e um segundo plano contemplando a Controladora e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, que inclui a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis dos Planos de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipley”) e coobrigações da controladora indireta Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 12.1);

- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B, e, e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$280.521 (2019, R\$422.275), possui prejuízos acumulados de R\$16.164.099 (2019, R\$15.883.578), e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$705.944 (2019, R\$425.423).

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 12.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III – Fase A, iii) em 06 de abril de 2021, a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa do Grupo para cumprimento do plano (Nota 12.2), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.1 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 12.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em reais foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores; e
- Transações com partes relacionadas (nota 4).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão listadas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. IMOBILIZADO

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferência ativos mantidos para venda (nota 10)	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	15.241.845	-	15.241.845	-	-	15.241.845
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(15.241.845)	-	(15.241.845)	-	-	(15.241.845)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-
Direito de uso						
Contratos de arrendamento	-	509.922	509.922	359.740	(869.662)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(127.480)	(127.480)	(138.090)	265.570	-
Total direito em uso	-	382.442	382.442	221.650	(604.092)	-
Total do imobilizado	-	382.442	382.442	221.650	(604.092)	-

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com o desenvolvimento do projeto.

A Companhia mantém a provisão para perda por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$15.241.845, considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

3.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia identificou 62 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2020</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	190.641
Direito de uso do ativo arrendado	869.662	(-) Juros a apropriar	(76.558)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(265.570)	Total do passivo circulante	114.083
	<u>604.092</u>	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	652.473
		(-) Juros a apropriar	(153.646)
		Total do passivo não circulante	498.827
Transferência para ativos mantidos para venda	(604.092)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(612.910)
Ativo total	<u>-</u>	Passivo total	<u>-</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesa	
Amortização direito de uso	138.090
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>80.951</u>
Total	<u><u>219.041</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	76.558	190.641
2022	57.029	215.563
2023	35.526	203.316
2024	17.611	113.161
2025 a 2029	38.989	86.023
2030 a 2034	<u>4.491</u>	<u>34.410</u>
Total	<u><u>230.204</u></u>	<u><u>843.114</u></u>

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>		
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	683.098	400.960

Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Bela Vista XIV na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$15.466.565 e está dividido em 15.466.565 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

5.2 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(280.521)	(422.275)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis	<u>15.466.565</u>	<u>15.466.565</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,02)</u>	<u>(0,03)</u>

6. DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Aluguéis e arrendamentos	-	193.836
Impostos e taxas	63.023	39.898
Total	63.023	233.734
Amortizações (nota 3)	138.090	127.481
Total	<u>201.113</u>	<u>361.215</u>

7. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	-	1
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos ¹	1.543	(833)
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>(80.951)</u>	<u>(60.228)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(79.408)</u>	<u>(61.061)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(79.408)</u>	<u>(61.060)</u>

Nota 1: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reverteu juros provisionados sobre tributos para os quais não há expectativa de realização.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(280.521)	(413.877)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(627.290)</u>	<u>(213.413)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(907.811)</u>	<u>(627.290)</u>

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.759	12.447	3.759	12.447
Não circulante				
Partes relacionadas	683.098	400.960	683.098	400.960

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos Financeiros		
Circulante		
Fornecedores	3.759	12.447
Não circulante		
Partes Relacionadas	683.098	400.960

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

10. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Conforme mencionado na nota 1.1, os planos de recuperação judicial preveem a alienação de alguns projetos em desenvolvimento. Assim, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou determinados ativos e passivos, como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Direto de uso arrendamento	<u>604.092</u>
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamentos a pagar	<u>612.910</u>

11. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Direito de uso - Arrendamento	3	359.740	509.922

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

12.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora indireta Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.1). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

12.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

12.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou os pagamentos iniciais aos credores da Classe III, de acordo com seu Plano de Recuperação Judicial aprovado no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

12.4 Cessão de crédito - Aumento de capital da controladora indireta Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora indireta Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão", que inclui credores da Companhia, foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA